



**Porto  
de Itajaí**

AUTORIDADE PORTUÁRIA

## SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

### CONTRATO DE TRANSIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM, A AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ - SPI E A EMPRESA APM TERMINALS ITAJAÍ S.A, NA FORMA ABAIXO:

A AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – **SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ** - SPI, doravante “**SPI**”, com sede na Rua Blumenau, nº 05, Centro, Itajaí, neste ato representada pelo Superintendente do Porto de Itajaí, Sr. **FÁBIO DA VEIGA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3404563, inscrito no CPF sob o nº 023.418.869-30, nomeado pela Portaria Municipal nº 007/2021, de 1º de janeiro de 2021, e-mail: [superintendente@portoitajai.com.br](mailto:superintendente@portoitajai.com.br); e a empresa **APM TERMINALS ITAJAÍ S.A.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 04.700.714/0001-63, atual arrendatária de terminal portuário no Porto de Itajaí (Contrato de Arrendamento nº 030/2001), com sede em Itajaí (SC), na Rua Coronel Eugênio Muller, nº 300, Porto de Itajaí, neste ato representada por sua Diretoria Executiva - Gestão 31/05/2022 a 30/05/2025, constituído por seu Diretor Presidente, Sr. **ARISTIDES RUSSI JUNIOR**, brasileiro, casado, Bacharel em Logística, portador da Cédula de Identidade nº 3.235.707, inscrito no CPF 005.540.959-80, residente na rua Lauro Muller, 890, apt. 304, Bairro Fazenda, em Itajaí-SC, CEP 88.301-40, e-mail: [aristides.junior@apmterminals.com](mailto:aristides.junior@apmterminals.com); e seu Diretor Adjunto, Sr. **CARLOS ROBERTO DE CAMPOS**, brasileiro, solteiro, contator, portador da Identidade nº 5124409-5 SESP/PR, inscrito no CPF 838.911.379-15, residente na rua José Pereira Liberato, 1320, apt. 704, Bloco B, Bairro São João, Itajaí-SC, CEP 88.304-401, nos termos da 69ª Assembleia Geral Extraordinária, Arquivamento 20224830651, Protocolo 224830651 de 24/06/2022, NIRE 42300026026, , doravante denominada “**ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA**”, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE TRANSIÇÃO Nº 001/2022**, com fundamento no art. 46, da Resolução nº 07-ANTAQ, de 30 de maio de 2016, retificada pela Resolução nº 4.843-ANTAQ, o qual sujeita as partes às suas cláusulas, às normas disciplinares contidas na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e nos demais atos normativos de regência, mediante as seguintes condições:

#### I. PREMISSAS:

As partes declaram que as seguintes considerações fundamentais foram sopesadas para fins de compor suas intenções e elencar compromissos, direitos e obrigações disciplinados no âmbito do presente contrato:

**CONSIDERANDO (1)** que a delegação de poderes que detém a Superintendência do Porto de Itajaí, vinculada ao Convênio de Delegação nº 08/1997, formalizado pelo Poder Concedente, representado pelo Ministério da Infraestrutura, e *in casu* através da Secretaria Nacional dos Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA, confere-lhe competência para celebrar o presente Contrato, prorrogado por até 02 anos a contar de 1º de janeiro de 2023;

**CONSIDERANDO (2)** a relevância de se manter ocupação regular da área do Porto Organizado de Itajaí, atualmente ocupada pela titular do Contrato de Arrendamento 30/2001, celebrado entre a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA e a SPI, previsto para ocorrer no dia 31 de dezembro de 2022;



**CONSIDERANDO (3)** que o processo licitatório conduzido pela ANTAQ para a concessão do Porto de Itajaí não será concluído em 2022, havendo necessidade de um período de transição entre o término do atual contrato de arrendamento e a transferência da operação portuária para a empresa que será a titular da concessão

**CONSIDERANDO (4)** a importância de se adotar medidas para prevenir e evitar prejuízo econômico, financeiro e social em razão da ociosidade da área objeto do atual arrendamento, enquanto não ultimado o respectivo procedimento licitatório da concessão do Porto de Itajaí;

**CONSIDERANDO (5)** o inteiro teor do Relatório, Voto (de 11/11/2022) e respectivo Acórdão nº 591-2022-ANTAQ (de 16/11/2022), vinculados ao processo nº 50300.014707/2022-19, publicado no DOU Seção 1, nº 216, de 17/11/2022, em que se analisou o Processo Seletivo Simplificado nº 10/2022, concluindo pela inexistência de ilegalidades no mesmo;

**CONSIDERANDO (6)** condições do Termo Aditivo nº 1 ao Convênio de Delegação nº 08/1997, encaminhado pela CGDD-SNPTA/MINFRA à SPI, em 16/11/2022, para subscrevê-lo eletronicamente, do qual consta na cláusula nona, itens 9.3 e 9.4, a obrigação do Delegatário celebrar Contrato de Transição preferencialmente junto à arrendatária APM Terminals Itajaí S/A, titular do Contrato de Arrendamento nº 030/2001, cujo prazo de vigência se encerra em 31/12/2022, no intuito de dar continuidade às operações do PORTO e, garantir a manutenção do nível de movimentação de cargas até a assunção do novo concessionário;

**CONSIDERANDO (7)** que a continuidade das operações portuárias pela própria APM Terminals Itajaí S.A. mediante Contrato de Transição, poderá gerar economicidade para a Administração, na medida em que os equipamentos e ativos necessários às operações são de sua propriedade e seu uso por terceiros poderia vir a impor a prévia e justa indenização incluindo-se realização de perícias de constatação e avaliação, porquanto todos estão alcançados integralmente no cálculo indenizatório, bem como prevenindo-se a descontinuidade das operações e o desalfandegamento, em vigor nos termos do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 15, de 01/08/2018;

**CONSIDERANDO (8)** que o modelo de gestão da Superintendência do Porto de Itajaí primará sempre pelo acompanhamento de indicadores de desempenho e resultados, em uma administração pautada na transparência, no controle administrativo, na integridade, na governança e na inovação, objetivando contínua melhoria da qualidade dos serviços e atribuições sob a jurisdição da autoridade portuária, visando satisfazer condições regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 366/2019;

**CONSIDERANDO (9)** ainda, em atenção ao artigo 37, §6º, da Constituição Federal/1988 e à normativa que assegura o dever de serem considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, nos termos dos artigos 20 a 30 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro), revela-se prudente que SPI tenha em consideração a boa-fé objetiva advinda dos posicionamentos formalizados pela SNPTA e a ANTAQ, favoráveis à celebração de Contrato de Transição diretamente com a APM Terminals Itajaí S/A, por representar meio que entendem mais adequado para garantir a continuidade da prestação do serviço de movimentação e armazenagem de contêineres no Porto Organizado de Itajaí/SC;

**CONSIDERANDO (10)** que no âmbito das atividades do Sistema de Controle Interno, subordinado diretamente ao Superintendente do Porto de Itajaí, são executadas ações que visam zelar pela







eficiência, eficácia e efetividade da gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Superintendência, considerados os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, operacionalidade, publicidade e transparência (artigo 13, da LC nº 366/2019);

**CONSIDERANDO (11)** a comprovação prévia de que a APM Terminals Itajaí S.A. mantém as condições de habilitação que lhe propiciam a vigência do Contrato de Arrendamento nº 030/2001; e por fim:

**CONSIDERANDO (12)** as diversas manifestações emanadas de autoridades públicas e organizações civis, propaladas no transcurso da divulgação do Processo Seletivo Simplificado nº 10/2022 até a presente data, como aquelas ocorridas durante a 59ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Itajaí, em 06/09/2022; no Ofício CE COFEM Nº 026/2022, do Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina, manifestando-se favorável à permanência da APM TERMINALS ITAJAÍ S.A., no período de transição até a conclusão da nova licitação do Porto de Itajaí;

**RESOLVEM as Partes** celebrar o presente Contrato de Transição, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

## **II. DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS:**

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

Constitui objeto do presente Instrumento o arrendamento, pela SPI à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, da instalação portuária indicada no Parágrafo Primeiro desta Cláusula Primeira – Do Objeto do Contrato, para sua exploração, em caráter transitório, em face de sua inclusão nas licitações portuárias a ser levada a efeito pela ANTAQ, nos termos previstos neste Contrato.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Constitui objeto deste Contrato, o arrendamento para exploração das instalações portuárias descritas e identificadas como área “A”, sob administração da AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ - SPI, conforme indicações e delimitações do Anexo I – Planta de localização das instalações portuárias arrendada transitoriamente, para a movimentação de cargas containerizadas, unitizadas e veículos.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A instalação portuária indicada no Parágrafo Primeiro desta Cláusula Primeira deverá ser operada, conservada e explorada pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias ou até que haja a transferência da operação portuária da área em questão ao concessionário vencedor do leilão da concessão do Porto, o que ocorrer primeiro.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**



A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, adotará todas as providências necessárias para iniciar suas operações na área arrendada, incluindo a solicitação das licenças junto às autoridades competentes, sob pena de rescisão contratual, a contar de 1º de janeiro de 2023.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES**

São adotadas as siglas, expressões e termos que terão o significado que a seguir lhes é apontado, sem prejuízo de outras inseridas neste Instrumento, seus ANEXOS ou, ainda, na legislação aplicável:

- a) ANTAQ: a Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
- b) Área do Porto: a área do Porto Organizado de Itajaí, onde estão localizadas as instalações portuárias, quais sejam, docas, cais, pontes e píeres de atracação e acostagem, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna, assim como infraestrutura de acesso aquaviário ao Porto, margem do rio e adjacências, canais, bacias de evolução e áreas de fundeio mantidas pela SPI;
- c) ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA: a Entidade que celebra este Instrumento com a Autoridade Portuária;
- d) Autoridade Portuária: A AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ – SPI – que administra o Porto Organizado de Itajaí;
- e) UNIÃO: a União Federal;
- f) Obras: o conjunto das obras construídas na área arrendada;
- g) OGMO: o Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Itajaí/SC;
- h) Operação Portuária: a movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de tráfego aquaviário, realizadas pela Operadora Portuária: a Empresa pré-qualificada para execução da Operação Portuária no Porto de Itajaí;
- i) Poder Concedente: a UNIÃO, por intermédio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, vinculada ao Ministério da Infraestrutura;
- j) Poder Regulamentador: o poder inerente a determinadas autoridades de expedir os regulamentos do Porto Organizado, na forma e nos limites previstos em lei;
- k) Terminal portuário: o conjunto das instalações portuárias implantado na área arrendada, na forma prevista neste Instrumento;
- l) Valor do Contrato: o valor das remunerações mensais mínimas pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA multiplicado pelo número de meses do referido contrato;
- m) IPCA Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a ser adotado no caso de eventual reajuste dos valores contratuais;
- n) TR: Taxa Referencial, fornecida pelo Banco Central do Brasil.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ANEXOS DO CONTRATO**

Integram este Instrumento os seguintes ANEXOS:

**ANEXO I:** Planta de localização da instalação portuária arrendada transitoriamente;





**Porto  
de Itajaí**

AUTORIDADE PORTUÁRIA

## SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

**ANEXO II:** Relação dos Bens Integrantes da Instalação Portuária Arrendada e dos bens a serem empregados na operação portuária mas que são de propriedade da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA;

**ANEXO III:** Termo de Arrolamento de Bens;

### CLÁUSULA QUARTA – DOS INVESTIMENTOS

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA não terá direito à indenização pelos recursos necessários à manutenção da instalação portuária ou da manutenção de bens de sua propriedade ou alocados durante o prazo de vigência deste Contrato, excetuados:

- a) os investimentos emergenciais necessários para atender a exigências de saúde, segurança ou ambientais impostas por determinação regulatória, hipótese em que a ANTAQ indicará os parâmetros para o cálculo de eventual indenização em face da não depreciação do investimento no prazo de vigência contratual; e
- b) os bens não reversíveis que serão indenizados para compra pela futura Concessionária do Porto de Itajaí, a ser definida no processo de concessão portuária.

### CLÁUSULA QUINTA – DOS OBJETIVOS DO ARRENDAMENTO

Os objetivos do arrendamento são os previstos neste Contrato e devem ser alcançados, sem prejuízo das disposições específicas mediante o cumprimento do estabelecido.

### CLÁUSULA SEXTA - DO TRABALHO PORTUÁRIO

O trabalho portuário, necessário à consecução do objeto deste Instrumento, deverá ser realizado por trabalhadores portuários, nos termos da Lei nº 12.815/13, sempre que a Lei o exigir.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A mão de obra portuária deverá ser requisitada pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA junto ao OGMO – Órgão de Gestão de Mão de Obra do Porto Organizado de Itajaí, sempre que for o caso.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA se obriga a manter durante o prazo de vigência do presente contrato o quadro de pessoal suficiente e necessário para a continuidade da prestação dos serviços nos mesmos padrões atuais de movimentação.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA pagará à SPI, a partir da data de assinatura deste Contrato, os preços a seguir estipulados, com data base da data da proposta apresentada:

I - Pelo arrendamento total da área “A” da instalação portuária, parcelas mensais de R\$ 27,8969 por metro quadrado, equivalente a parcelas mensais de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais);

II – Pela utilização dos demais serviços colocados à disposição pela SPI para a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, conforme tabela tarifária e outros serviços que poderão ser pactuados através de termos próprios.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A água e a energia elétrica consumidas no Terminal poderão ser fornecidas pela SPI, pagando a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA o que for devido, em conformidade com os preços vigentes na data do respectivo faturamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Caso a SPI não possa efetuar esse fornecimento, deverá autorizar a instalação, pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, de ramais próprios de fornecimento de água, energia elétrica e força, a serem utilizados dentro do Terminal, independentemente das redes utilizadas pela SPI, ficando o pagamento desta instalação e do respectivo consumo por conta da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, que não terá direito a indenização ou reembolso ao término do prazo de vigência deste Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

As Partes se comprometem a rever as bases financeiras do contrato, com a finalidade de aumentar o valor do arrendamento, a partir do momento em que o volume mensal de contêineres movimentados pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA na área arrendada ultrapassar 15.000 (quinze mil) unidades.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os valores estipulados no “caput” da Cláusula Sétima serão cobrados da seguinte forma:

- a) o constante do inciso “I”, mensalmente através de fatura apresentada pela SPI à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, para liquidação no prazo de 15 (quinze) dias úteis dias úteis do mês subsequente a emissão;
- b) o constante do inciso “II” e do Parágrafo Único, de acordo com as normas da SPI.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Ocorrendo atraso na liquidação de qualquer obrigação pecuniária estabelecida neste Instrumento, o débito apurado, corrigido pela Taxa Referencial - TR, será acrescido do valor correspondente a 2% (dois por cento) de multa, mais juros de 0,0333% (trezentos e trinta e três décimos de milésimos por cento) ao dia, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste instrumento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A cobrança de qualquer importância devida e não liquidada pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA far-se-á através de processo judicial, sempre que as vias administrativas comuns não surtirem efeito.





**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Para todos os fins de direito, ficará a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA responsável pelo pagamento dos valores estabelecidos neste Instrumento, respeitados os limites para reajuste e os prazos estabelecidos para liquidação de débitos.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Eventuais contestações ou devoluções de faturas deverão ser detalhadamente fundamentadas e somente serão aceitas no protocolo da SPI, para serem analisadas, acompanhadas de comprovantes de pagamentos, dos valores faturados, nos prazos de seus vencimentos.

**CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DO CONTRATO DE TRANSIÇÃO**

O presente contrato tem seu início em 01 de janeiro de 2023 com prazo de 180 (cento e oitenta) dias ou até que o Poder Concedente finalize o processo de leilão do Porto Organizado de Itajaí e promova a transição das operações portuárias para a futura Concessionária do Porto de Itajaí, o que ocorrer primeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Na hipótese de conclusão do citado processo licitatório e finalização da transição das operações portuárias para a futura Concessionária do Porto de Itajaí, este Contrato será rescindido, sem ônus para SPI, caso em que a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA será notificada para devolver o objeto no prazo de até 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Findo este contrato e não tendo ainda ocorrida a transição das operações portuárias à futura Concessionária do Porto de Itajaí, as Partes concordam em assinar, salvo se à época houver oposição da ANTAQ, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, um novo instrumento de contrato de transição de modo a não comprometer a continuidade das operações portuárias e não impactar o atendimento a clientes e escalas de navios, estando a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA autorizada, desde já, a requerer e obter o ALFANDEGAMENTO pelo período de 24 meses a contar de 1/1/2023, considerando a complexidade de manutenção e de renovação desse processo e mantendo o seu compromisso de requerer o desalfandegamento ou seguir as instruções da autoridade aduaneira para o término do alfandegamento da área em nome da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, assim que tal medida se torne obrigatória.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO**

O prazo de 180 (cento e oitenta dias) dias é improrrogável, sendo admitida a celebração de novo instrumento transitório com a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, desde que previamente autorizado pela ANTAQ e observado o disposto na normativa vigente.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA QUALIDADE**

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA ou sua Operadora Portuária se obriga a obter os padrões de qualidade necessários às atividades desenvolvidas no Terminal, bem como as demais normas de qualidade que vierem a ser determinadas pelas autoridades competentes e relativas ao objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO MANIFESTO DE MERCADORIA**

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA se obriga a fornecer à SPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da efetivação do fechamento de cada navio, informações detalhadas acerca da quantidade de contêineres ou outras cargas movimentadas na área arrendada, fornecendo, ainda, fechamentos com periodicidades mensais.

##### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Na hipótese de eventual constatação, pela SPI, de imprecisão nas quantidades informadas pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, a SPI requererá informações e, se for o caso de omissão voluntária, o fato será reportado à ANTAQ, para aplicação das penalidades previstas nas normas regulatórias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS**

A exploração da instalação portuária de que trata este Instrumento obriga a realização de operações portuárias por Operador Portuário pré-qualificado, de acordo com as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Será facultado à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA o funcionamento das operações durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante o período deste contrato.

##### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A exploração do serviço deverá satisfazer às condições de regularidade, continuidade, eficiência, atualidade, pontualidade, segurança, cortesia, modicidade dos preços e generalidade.

##### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Para os fins previstos no Parágrafo Segundo desta Cláusula, considera-se:

regularidade: a prestação dos serviços nas condições estabelecidas neste Instrumento e nas normas técnicas aplicáveis;

a) continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços;

b) eficiência: a execução das operações portuárias e dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que







assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas do arrendamento;

c) atualidade: a modernidade das técnicas, a compatibilidade dos equipamentos às operações do terminal e às instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão do serviço, na medida das necessidades dos usuários;

d) generalidade: prestação do serviço, sem qualquer discriminação, privilégio, ou abusos de qualquer ordem.

e) pontualidade: os serviços devem ser prestados no tempo e modo estabelecidos em contrato ou formalmente agendados entre os agentes envolvidos, salvo nas hipóteses previstas na legislação;

f) segurança: característica do serviço que se presta de forma segura, garantindo a integridade física e patrimonial dos usuários e dos bens afetos ao serviço;

g) cortesia: o tratamento adequado com urbanidade aos usuários do serviço, em atendimento às regras de boa educação e de respeito no relacionamento entre os cidadãos, além do fácil acesso do usuário na obtenção de meios de informação e ao serviço de críticas e sugestões;

h) modicidade dos preços: prestação de serviços mediante preços e tarifas justas, que observem o equilíbrio entre os custos da prestação do serviço e os benefícios oferecidos aos usuários e permitam o seu melhoramento e expansão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OPERAÇÕES EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA**

A SPI, em casos de emergência ou de calamidade pública, enquanto caracterizada urgência de atendimento que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os fins necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, bem como para atender situações de emergência que coloquem em risco a distribuição de mercadorias essenciais ao consumo e uso do povo, poderá determinar à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA a movimentação e armazenagem de mercadorias provenientes ou destinadas ao tráfego aquaviário, enquanto perdurar a situação de emergência ou calamidade pública.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Para os fins previstos no “caput” desta Cláusula, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA será ressarcida pelos serviços prestados e operações portuárias realizadas diretamente pelos proprietários ou consignatários das mercadorias movimentadas ou armazenadas, conforme acordo entre as partes. Na hipótese de não haver o acordo, o ressarcimento se fará pelos preços médios praticados, na ocasião, no Porto de Itajaí.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXCLUSIVIDADE**

É assegurado à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, exclusividade na realização de operações portuárias na área da instalação portuária.



**PARAGRAFO ÚNICO**

Poderá a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA indicar empresa terceira a realizar as operações portuárias na área objeto do presente arrendamento transitório, desde a indicada seja pré-qualificada como operador portuário pela SPI por ela contratados, observados as normativas para a espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ASSUNÇÃO DE RISCOS**

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA desempenhará por sua conta e risco as atividades previstas neste Contrato Transitório, na forma da legislação aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DEVERES GERAIS DAS PARTES**

As Partes se propõem a cooperar e a prestar auxílio mútuo na consecução dos objetivos e das metas do arrendamento transitório.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A SPI assegura à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA o direito a utilizar as áreas públicas do Porto, pátio e gates de acesso, a fim de permitir que a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA consiga atender o volume adicional de carga que não é comportado na área abrangida pelo arrendamento transitório e garantirá a manutenção do alfandegamento da área pública durante todo o período de execução deste contrato e de outros que possam vir a ser repactuados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Pela utilização das áreas públicas do Porto, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA pagará à SPI os valores cabíveis previstos na tabela pública de preços da autoridade portuária, mesmo que as áreas utilizadas venham a ser arrendadas a terceiro, condição que deverá constar no respectivo contrato de arrendamento transitório da área pública (Área B), não sendo devido nenhum valor pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA ao arrendatário das referidas áreas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

A fim de que não haja prejuízos aos usuários do terminal, as Partes estabelecem as seguintes premissas:

- a) Os contratos firmados entre a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA e seus clientes que estejam vigentes quando do início das operações da futura Concessionária do Porto de Itajaí serão informados à ANTAQ e a SNPTA, a fim de que possam ser observados em sua integralidade pela Concessionária;
- b) A transferência das operações da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA para a futura Concessionária do Porto de Itajaí ocorrerá mediante o reconhecimento em conjunto pela SPI e pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA que os clientes com contratos vigentes não serão impactados.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA PERANTE A AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ - SPI, ANTAQ, PODER CONCEDENTE E A TERCEIROS.**





A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, ambientais, fiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes da execução deste Contrato e/ou de seu objeto, bem como responderá nos termos da lei, por quaisquer prejuízos causados à AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ – SPI –, ao PODER CONCEDENTE, à ANTAQ e a terceiros no exercício da execução das atividades decorrentes da exploração portuária, não sendo imputável à AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ – SPI, à ANTAQ ou ao PODER CONCEDENTE qualquer responsabilidade, direta ou indireta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA SPI**

Incumbe à SPI:

- a) fiscalizar, em conjunto com a ANTAQ, e de forma permanente, o fiel cumprimento das obrigações da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, no que for aplicável ao arrendamento, às leis, aos regulamentos do Porto de Itajaí e ao Contrato;
- b) instruir os processos administrativos pertinentes ao contrato de ARRENDAMENTO TRANSITÓRIO, incluindo os que possam resultar em aplicação das penalidades regulamentares e contratuais pela ANTAQ;
- c) fiscalizar permanentemente as operações da instalação portuária, zelando pela segurança e o respeito ao meio ambiente;
- d) efetuar as manutenções no canal de acesso e bacia de evolução, objetivando manter profundidade e diâmetros adequados
- e) manter as condições de acessibilidade às áreas e instalações portuárias designadas no Contrato;
- f) cumprir e impor o cumprimento das disposições legais e contratuais aplicáveis aos serviços prestados ou atividades desenvolvidas no contrato;
- g) encaminhar à ANTAQ e ao Poder Concedente cópia do contrato e seus aditamentos no prazo de até 30 (trinta) dias após sua celebração e,
- h) prestar, no prazo estipulado, as informações requisitadas pela ANTAQ no exercício de suas atribuições.
- i) extinguir o Instrumento, nos casos nele previstos, ou por determinação da ANTAQ.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA**



**Porto  
de Itajaí**

AUTORIDADE PORTUÁRIA

## SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

Sem prejuízo do cumprimento das garantias comprometidas, incumbe a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA:

- a) observar as condições de conservação, manutenção, recuperação e reposição dos equipamentos e bens associados ao arrendamento, elencados no ANEXO II, bem como seu inventário e registro, que deverão ser devidamente atualizados;
- b) manter todas as licenças necessárias ao início das operações portuárias no seu Terminal, a contar do início deste Contrato;
- c) adotar e cumprir as medidas necessárias à fiscalização pela SPI, ANTAQ e pelas autoridades aduaneira, marítima, sanitária, de polícia e demais autoridades com atuação no Porto de Itajaí;
- d) prestar o apoio necessário aos agentes da SPI e da ANTAQ, permitindo-lhes o exame de todas as informações, operacionais e estatísticas, concernentes à prestação dos serviços vinculados ao arrendamento;
- e) garantir o acesso, pelas autoridades do Porto de Itajaí, pela ANTAQ e pelas demais autoridades que atuam no setor portuário às instalações portuárias;
- f) prestar informações de interesse da SPI e das demais autoridades no Porto de Itajaí;
- g) fornecer os dados e informações de interesse da ANTAQ e das demais autoridades com atuação no Porto de Itajaí;
- h) dar ampla e periódica divulgação dos preços regularmente praticados de atividades inerentes, acessória, complementares e projetos associados aos serviços prestados nas suas instalações portuárias, em conformidade com as normas pertinentes editadas pela ANTAQ;
- i) dar publicação das demonstrações financeiras na forma da lei;
- j) fornecer mensalmente à SPI, no prazo de 5 (cinco) dias do encerramento do período, relatório contendo dados segmentados relativos ao volume de movimentação de carga;
- k) submeter-se à arbitragem da ANTAQ em caso de conflitos de interpretação e execução deste Contrato;
- l) adotar medidas visando evitar, fazer cessar, mitigar ou compensar a geração de danos ao meio ambiente em decorrência da implantação ou exploração do empreendimento;





- m) contratar seguro de responsabilidade civil compatível com suas responsabilidades perante a SPI, os usuários e terceiros, bem como seguro do patrimônio arrendado;
- n) manter a integridade dos bens patrimoniais afetos ao arrendamento, conforme normas técnicas específicas, mantendo-os em condições normais de funcionamento, limpeza e conservação;
- o) prestar informações dos serviços à SPI, à ANTAQ e aos demais órgãos públicos competentes, sempre que solicitado ou para atender a legislação vigente;
- p) abster-se de realizar quaisquer investimentos na instalação portuária, ressalvadas as despesas necessárias à manutenção da instalação portuária e seus bens integrantes durante o prazo de vigência deste Contrato, aplicando por sua conta e risco, os recursos necessários à exploração da instalação portuária arrendada;
- q) fornecer, à SPI e à ANTAQ, a lista de serviços regularmente oferecidos e submeter, para aprovação da ANTAQ, aqueles não previstos no Contrato de Transição, com as respectivas descrições e preços de referência;
- r) prestar serviço adequado aos usuários, sem incorrer em abuso de poder econômico;
- s) manter as condições de segurança operacional, de acordo com as normas em vigor, bem como comprovar o cumprimento do ISPS-Code;
- t) garantir a prestação continuada do serviço, salvo interrupção causada por caso fortuito ou força maior, comunicando imediatamente a ocorrência do fato à SPI;
- u) oferecer aos usuários todos os serviços prestados no Contrato de Transição, observando-se os preços máximos fixados em Tabela Pública para a sua prestação, no caso de impossibilidade de competição;
- v) fornecer, à SPI e à ANTAQ, quando solicitados de forma justificada, os dados e informações relativos à composição dos custos dos serviços;
- w) assumir a responsabilidade pela inexecução ou execução deficiente dos serviços prestados;
- x) respeitar e fazer cumprir as normas vigentes de segurança do trabalho;
- y) observar a programação aprovada pela SPI para atracação das embarcações, respeitando-se o Regulamento de Exploração do Porto;



**Porto  
de Itajaí**

AUTORIDADE PORTUÁRIA

## SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

z) utilizar adequadamente as áreas e instalações portuárias dentro dos padrões de qualidade e eficiências, de forma a não comprometer as atividades do Porto de Itajaí;

aa) manter as garantias voltadas à plena execução do contrato, nos termos do inc. XI do art. 5º da Lei n.º 12.815/13;

bb) manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, de todas as condições de habilitação e qualificação exigíveis daqueles que contratam com a Administração;

cc) garantir obediência aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço, em atenção à legislação vigente na regulação da ANTAQ;

dd) garantir a utilização de equipamentos e instalações móveis e removíveis, de modo a preservar as condições iniciais do local e possibilitar a sua remoção, ao término do contrato ou quando determinada pela administração do Porto de Itajaí.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA responderá nos termos da lei, por quaisquer prejuízos que esta venha a causar à AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ – SPI –, ao Poder Concedente e a terceiros no exercício da execução das atividades do arrendamento, não sendo imputável à AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ – SPI – ou ao Poder Concedente qualquer responsabilidade, direta ou indireta, quando não contribuírem para o evento, ficando sujeito à apuração das respectivas responsabilidades na forma da lei.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA responde, também, nos termos da relação comitente-comissário, pelos prejuízos causados a terceiros pelas entidades que contratar para a execução das atividades vinculadas ao arrendamento.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CONTRATOS DA ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA COM TERCEIROS

Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste Instrumento, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao arrendamento, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo contratual.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO





Os contratos celebrados entre a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA e os terceiros a que se refere o “caput” desta Cláusula reger-se-ão pelas normas de direito privado aplicáveis e, quando for o caso, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre esses terceiros e a AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ – SPI, À ANTAQ ou ao PODER CONCEDENTE.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A execução das atividades contratadas pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA com terceiros pressupõe o cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais do arrendamento.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Constitui especial obrigação da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA zelar para que nos seus contratos com terceiros, com objeto integrado às atividades do arrendamento, sejam rigorosamente observadas as regras deste Instrumento e demais normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS**

São direitos dos usuários:

- a) receber serviço adequado a seu pleno atendimento, livre de discriminação e de abuso do poder econômico, atendendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de preços, conforme definido nas normas da ANTAQ;
- b) Obter e utilizar o serviço com liberdade de escolha entre prestadores do Porto Organizado de Itajaí;
- c) Receber da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA informações para a defesa de interesses individuais e coletivos;
- d) Levar ao conhecimento dos órgãos de fiscalização competentes as irregularidades de que tenham conhecimento, na execução deste Contrato;
- e) Ser atendidos com cortesia pelos prepostos da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA;
- f) Receber da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA informações acerca das características dos serviços, incluindo os seus preços.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA OBTENÇÃO DE LICENÇAS**

Caberá à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA obter todas as licenças e autorizações necessárias à execução das operações no seu Terminal, observado o disposto no Parágrafo Terceiro da Cláusula Primeira deste Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO MEIO AMBIENTE**

O gerenciamento e monitoramento da execução dos Programas Ambientais e demais atividades correlatas na área do Porto Organizado de Itajaí serão de responsabilidade da SPI, enquanto os



relativos à instalação portuária arrendada serão de inteira responsabilidade da ARRENDATÁRIA PROVISÓRIA.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Eventuais custos das atividades relativas aos Programas Ambientais, referidos no “caput” desta Cláusula, alocados para a área objeto deste Contrato, será de ônus da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, que efetuará o respectivo reembolso à SPI, na forma e condições apresentadas e justificadas, pela mesma, na ocasião da ocorrência dessas despesas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO AMBIENTAL**

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA se obriga a cumprir o disposto nas legislações federal, estadual e municipal, no que concerne à proteção ambiental, referente às obrigações assumidas neste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA enviará à SPI relatórios quanto às exigências feitas pelos órgãos competentes para manter a regularidade e vigência da Licença Ambiental de Operação – LAO e outras ocorrências ou autuações administrativas que envolvam os seguintes temas:

- a) os impactos ambientais provocados em decorrência das operações portuárias realizadas no período;
- b) as ações adotadas para mitigar ou compensar os efeitos dos eventuais impactos ambientais provocados;
- c) os impactos ambientais previstos e as subsequentes medidas de mitigação e compensação;
- d) os danos ao meio ambiente, sempre que ocorrerem.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA poderá utilizar da Base de Emergência, já contratada pela SPI sendo que eventual custo de utilização será ressarcido pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA nos valores previstos no contrato administrativo firmado com a empresa contratada.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A SPI e a ANTAQ exercerão, por meio de seus órgãos competentes, em caráter permanente, a fiscalização do fiel cumprimento deste Instrumento, na forma da Lei nº 12.815/13, Lei nº 10.233/01, Decreto nº 8.033/13 e as pertinentes Resoluções da ANTAQ.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.**

A SPI e a ANTAQ exercerão a fiscalização com amplos poderes junto à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, para a verificação de sua administração, seus equipamentos, métodos e práticas operacionais.





**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A SPI notificará a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA de quaisquer irregularidades apuradas, concedendo-lhe prazos para que sejam sanadas, sob pena de encaminhamento de denúncia à ANTAQ a fim de aplicar as penalidades previstas neste Contrato, bem como nas Resoluções da ANTAQ, no caso da não regularização.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O exercício da fiscalização pela SPI e pela ANTAQ não exclui ou reduz a responsabilidade da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA pela fiel execução deste Contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Além da fiscalização prevista nas demais disposições deste Contrato, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA ficará sujeita à fiscalização a ser exercida pelas autoridades aduaneiras, fluviais, sanitárias, ambientais e de saúde, pelo PODER CONCEDENTE e pela ANTAQ, no âmbito de suas respectivas atribuições.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão unilateral pela SPI, sem direito a indenização, sem prejuízo das penalidades previstas no presente contrato, Lei nº 12.815/13, e Resoluções da ANTAQ.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A SPI poderá rescindir este Instrumento, após consulta à ANTAQ, em casos de violação grave, contínua e não sanada ou não sanável das obrigações da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, bem como nos demais casos aqui previstos e nas seguintes situações:

- a) desvio de objeto da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA;
- b) dissolução da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA;
- c) não adoção de providências para obtenção das licenças necessárias ao início das operações portuárias na área arrendada;
- d) subarrendamento;
- e) atraso de 2 (dois) pagamentos pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, mensais e sucessivos;



- f) declaração de falência;
- g) interrupção da execução do Contrato sem causa justificada;
- h) operações portuárias realizadas com infringência das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- i) ocupação e/ou utilização de área, além daquela estabelecida neste Instrumento;
- j) ocorrência do estabelecido no Parágrafo Primeiro da Cláusula Trigésima – DAS CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO deste Instrumento, observado o disposto em seu Parágrafo Segundo, bem como retomada das áreas arrendadas para atendimento de exigência do interesse público;
- k) imprecisões nas quantidades informadas pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA relativas às movimentações de mercadorias, conforme o Parágrafo Único da Cláusula Décima Terceira - DO MANIFESTO DE MERCADORIAS.
- l) pela conclusão do processo licitatório da área em questão.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

A rescisão deste Contrato nas hipóteses previstas no “caput” desta Cláusula e em seu Parágrafo Primeiro deverá ser precedida da verificação da inadimplência da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos neste Instrumento, dando-lhe um prazo de 15 (quinze) dias corridos para corrigir as falhas das transgressões apontadas, findo o qual, não tendo sido sanadas completamente as irregularidades, nova, idêntica e última comunicação será feita concedendo-se o mesmo prazo para o enquadramento da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA.

#### PARÁGRAFO QUARTO

Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, a rescisão será declarada, independentemente de qualquer indenização.

#### PARÁGRAFO QUINTO





Este Contrato será rescindido, sem ônus para quaisquer das partes, em qualquer dos casos previstos no Parágrafo Primeiro da Cláusula Trigésima - DAS CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO, bem como nas hipóteses de conclusão do processo licitatório, caso em que a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA será notificada para devolver o objeto do arrendamento no prazo de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

A inexecução deste Contrato, resultante de força maior, de caso fortuito, de fato do príncipe, de fato da Administração que retardem ou impeçam a execução parcial ou total do ajuste, exonera a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA de responsabilidade relativa ao descumprimento das obrigações emergentes deste Contrato, assim como aos pagamentos emergentes do Contrato, desde que tais fatos sejam devidamente justificados pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA e aceitos pela SPI.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Para os fins previstos no “caput” desta Cláusula considera-se:

- a) força maior: o evento humano que por sua imprevisibilidade e inevitabilidade cria para a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA óbice intransponível na execução deste Contrato, traduzindo ato superveniente impeditivo para o cumprimento das obrigações assumidas;
- b) caso fortuito: o evento da natureza, que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, gera para a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA obstáculo irremovível no cumprimento do Instrumento;
- c) fato do príncipe: toda determinação estatal, geral, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onere substancialmente a execução do Instrumento;
- d) fato da Administração: toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública, que, incidindo direta e especificamente sobre este Contrato, retarde, agrave ou impeça a sua execução; o fato da Administração se equipara a força maior e produz os mesmos efeitos excludentes da responsabilidade da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA pela inexecução do ajuste;

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Por se tratar de Contrato em caráter de transição, as superveniências e interferências previstas nesta Cláusula não ensejarão reequilíbrio econômico e financeiro contratual, podendo, a critério das Partes, proceder-se a rescisão deste Instrumento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS PENALIDADES**

Ressalvadas as disposições deste Instrumento com penalidades específicas já previstas, bem como as penalidades constantes em normas específicas da ANTAQ, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, deixando



de cumprir quaisquer outras cláusulas deste Contrato ou infringindo disposições legais vigentes, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato da área vigente, que lhe será imposta pela ANTAQ.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Das multas aplicadas, que serão precedidas do contraditório e ampla defesa, não havendo recurso ou sendo o mesmo indeferido, a SPI executará a garantia referida na Cláusula Trigésima Sétima - DOS SEGUROS E DAS GARANTIAS, caso a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA não proceda ao depósito das multas no prazo estabelecido.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

Este Contrato será extinto nas seguintes hipóteses:

- I. advento do termo contratual;
- II. rescisão;
- III. retomada da área arrendada;
- IV. falência ou extinção da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA;
- V. descumprimento das obrigações de conformidade contidas neste Contrato;
- VI. conclusão do certame licitatório da área objeto deste Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Extinto o Contrato de Transição, retornam à SPI os direitos e privilégios decorrentes do arrendamento, com devolução dos bens reversíveis a ele vinculados, sem qualquer indenização à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A SPI procederá aos levantamentos e avaliações necessárias no prazo de 30 (trinta) dias contados da extinção do Contrato, sendo que uma vez constatados danos nos bens vinculados à instalação portuária, os prejuízos apurados deverão ser indenizados pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

A devolução dos bens vinculados ao arrendamento será feita sem qualquer indenização.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Extinto este Contrato, haverá a imediata assunção da área arrendada pela SPI ou pela nova arrendatária transitória, se houver.



**PARÁGRAFO QUINTO**

A área arrendada deverá estar livre e desembaraçada de qualquer outro bem que não seja afeto à instalação portuária e encontrar-se em perfeitas condições de conservação, comprovada por atestado técnico da SPI.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Na hipótese de não ser procedida a entrega do imóvel à SPI, o valor mensal gerado pelo Contrato será aumentado, automática e independentemente de qualquer notificação, em 50% (cinquenta por cento), ficando ainda a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA sujeita ao pagamento de multa diária de 1% (um por cento) do valor já aumentado, a partir do mês subsequente ao da extinção do Contrato, até a efetiva e integral desocupação da instalação arrendada, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades contratuais e legais e da adoção, pela UNIÃO, ANTAQ ou SPI das medidas judiciais cabíveis para reaver a posse da instalação portuária.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

Quando da devolução da área, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA deverá fazê-lo sem qualquer débito, inclusive junto aos seus fornecedores de água e energia elétrica, na hipótese desse fornecimento não ser efetuado pela SPI.

**PARÁGRAFO OITAVO**

Por ocasião do término do Contrato, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA se obriga a apresentar um laudo ambiental discriminando eventual passivo ambiental do terminal.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS BENS QUE INTEGRAM O ARRENDAMENTO**

Integram o arrendamento, para o efeito de devolução ao final deste Contrato, todos os bens reversíveis vinculados à instalação portuária, cuja posse, guarda, manutenção e vigilância são de responsabilidade da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, notadamente os bens vinculados à operação e manutenção das atividades da instalação portuária, transferidos à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, conforme listados no Anexo II, exceto os bens de propriedade da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

A instalação portuária e os bens mencionados “caput” serão transferidos à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA mediante a assinatura de Termo de Arrolamento – Anexo III, concomitantemente à celebração deste Contrato.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA GUARDA E DA VIGILÂNCIA DOS BENS QUE INTEGRAM O ARRENDAMENTO**





A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA é responsável pela guarda e vigilância dos bens que integram o arrendamento.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA não poderá onerar, alienar ou transferir a posse dos bens do arrendamento referidos na Cláusula Trigésima Terceira – DOS BENS QUE INTEGRAM O ARRENDAMENTO.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA se obriga a informar à SPI e às autoridades públicas quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento em razão das atividades objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA DEVOLUÇÃO DOS BENS QUE INTEGRAM O ARRENDAMENTO**

Revertem à SPI, gratuita e automaticamente, na extinção deste Contrato, os bens reversíveis vinculados ao arrendamento listados no ANEXO II.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Extinto o Contrato, haverá imediata assunção das atividades relacionadas ao seu objeto pela SPI, que ficará autorizada a ocupar as instalações portuárias e a utilizar todos os bens do que integram o arrendamento.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO TERMO DE DEVOLUÇÃO DE BENS**

Com a extinção deste Contrato, a SPI procederá à vistoria dos bens que integram o arrendamento e as Partes lavrarão “Termo de Devolução de Bens” sob a guarda da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA ou integrados ao arrendamento, com indicação detalhada do estado de conservação.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os bens deverão ser mantidos em condições normais de uso, de forma que, quando de sua entrega à SPI, estejam em perfeito estado de conservação, exceto pelo resultado do processo regular de deterioração.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Caso os bens entregues à SPI não estejam nas condições exigidas nesta Cláusula, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA providenciará o reparo ou indenizará a SPI pelos prejuízos causados, devendo a indenização ser calculada nos termos legais.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DOS SEGUROS E DAS GARANTIAS**

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA deverá pagar os prêmios e manter em vigor, a partir da data de assinatura deste Contrato e durante toda vigência contratual, as apólices de seguro necessárias para garantir a cobertura dos riscos inerentes ao arrendamento - bens e pessoas -, inclusive contra



terceiros, devidamente atualizadas, de acordo com a legislação aplicável, fornecendo à SPI e à ANTAQ cópias das referidas apólices.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

As apólices de seguros a serem contratadas pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA deverão conter cláusula de renúncia aos direitos de sub-rogação contra o Poder Concedente, seus representantes, os financiadores, e seus sucessores, e conterão cláusulas estipulando que não serão canceladas e nem terão alteradas quaisquer de suas condições, sem prévia autorização escrita da AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ – SPI – e do Poder Concedente.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA deve dar ciência às Companhias Seguradoras do teor desta Cláusula Trigésima Sétima, que exime a SPI, a ANTAQ e o PODER CONCEDENTE de qualquer responsabilidade oriunda de toda espécie de sinistro.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

Para garantia do fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Transição, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA deverá apresentar à SPI, no prazo de 60 (sessenta) dias contado da data de assinatura deste Instrumento, sob pena de sua nulidade, comprovação das garantias em algumas das modalidades descritas no parágrafo terceiro, da seguinte forma:

a) com relação ao arrendamento: o correspondente a três vezes o valor da remuneração mensal mínima total do arrendamento, no importe de **R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais)**.

#### PARÁGRAFO QUARTO

A garantia mencionada no Parágrafo Terceiro deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro, por meio de depósito bancário;
- b) em fiança bancária, apresentada obrigatoriamente na via original, contendo: subscrição de 2 (duas) testemunhas e firmas de todos os signatários reconhecidas em Cartório de Notas;
- c) em seguro-garantia, apresentado obrigatoriamente na via original da respectiva apólice, juntamente com o comprovante de pagamento do respectivo prêmio;
- d) em Títulos da Dívida Pública da UNIÃO, devendo ser apresentada carta de custódia bancária à ordem da SPI, apresentado obrigatoriamente na via original.

#### PARÁGRAFO QUINTO





Nas hipóteses das alíneas “b” e “d” do Parágrafo Terceiro, os representantes do estabelecimento bancário deverão apresentar cópia autenticada da Procuração, habilitando-os a assinarem o referido documento.

#### PARÁGRAFO SEXTO

As cartas de fiança e as apólices de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 240 (duzentos e quarenta) dias contados da celebração deste instrumento, sendo de inteira responsabilidade da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o prazo contratual.

#### PARÁGRAFO SÉTIMO

Qualquer modificação no conteúdo da carta de fiança ou no seguro-garantia deve ser previamente submetida à aprovação da SPI.

#### PARÁGRAFO OITAVO

Sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste Contrato e na regulamentação vigente, a Garantia de Execução do Contrato poderá ser utilizada nos seguintes casos:

- a) Quando a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA não cumprir com as obrigações assumidas, ou executá-las em desconformidade com o estabelecido neste Contrato;
- b) Quando a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma deste Contrato;
- c) Nos casos de devolução dos bens vinculados ao arrendamento em desconformidade com as exigências estabelecidas no Contrato.

#### PARÁGRAFO NONO

A Garantia de Execução do Contrato também poderá ser executada sempre que a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA não adotar providências para sanar inadimplemento de obrigação legal, contratual ou regulamentar, sem qualquer outra formalidade além do envio de notificação pela SPI, na forma da regulamentação vigente, o que não eximirá a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA das responsabilidades que lhe são atribuídas neste Contrato.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO

Sempre que a SPI utilizar a Garantia de Execução do Contrato, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA deverá proceder à reposição do seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de





sua utilização, sendo que, durante este prazo, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas neste Contrato.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO**

O montante caucionado, conforme letra “a” do Parágrafo Terceiro, referente ao arrendamento, somente será devolvido ou liberado após a extinção - por decurso de prazo ou por rescisão deste Contrato - e depois de liquidados eventuais débitos dele oriundos, tudo sem responsabilidade da SPI e ANTAQ por qualquer compensação pela mora da devolução.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO REGIME JURÍDICO E FISCAL DO ARRENDAMENTO**

Este arrendamento reger-se-á pelas cláusulas e condições nele acordadas pelas Partes, sem prejuízo da incidência das normas legais e regulamentares aplicáveis, constantes da Lei nº 12.815/13 de 2013, da Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações, das Resoluções da ANTAQ, do Regulamento de Exploração do Porto e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

As operações portuárias da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA ficam sujeitas, nos termos e nas condições da legislação brasileira aplicável, ao regime fiscal que vigorar durante o período do arrendamento.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA INVALIDADE PARCIAL DO CONTRATO DE TRANSIÇÃO**

Caso alguma disposição deste Contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal fato não compromete automaticamente as demais disposições contratuais, as quais, a depender do caso, poderão manter-se em vigor.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA TRANSFERÊNCIA DO ARRENDAMENTO**

É vedado à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA transferir o arrendamento ou realizar negócio jurídico que vise atingir a mesma finalidade deste Contrato, sendo nulo qualquer ato praticado em violação à este dispositivo, sem prévia autorização da Autoridade Portuária Pública Municipal – Superintendência do Porto de Itajaí, da ANTAQ ou do Poder Concedente.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DO SUBARRENDAMENTO**

É vedado que a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA promova o subarrendamento do presente contrato.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO VALOR DO CONTRATO DE TRANSIÇÃO**

Para fins meramente legais, dá-se a este Contrato o valor global estimado de **R\$ 13.800.000,00 (treze milhões e oitocentos mil reais)**.



**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DO ALFANDEGAMENTO**

É de responsabilidade da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA todas as providências relativas ao alfandegamento da área arrendada e ao cumprimento da legislação pertinente à matéria.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA SEGURANÇA NO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL**

O atendimento às Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho é obrigação da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA nas atividades exercidas nas Instalações Portuárias, observando integralmente o disposto na Lei nº 6.514/77 e nas Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, ou sucessoras.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Fica a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA obrigada a:

- a) Instalar sinalização de segurança nos pontos de escalação de trabalho, nos locais de operação, nos terminais e nas áreas arrendadas, devendo providenciar a confecção das placas ou faixas itinerantes para colocação em local visível para os trabalhadores na área das operações, contendo informações do produto a ser movimentado, cuidados a serem tomados, riscos da operação a serem evitados, equipamentos de proteção individual obrigatórios para a movimentação, telefones úteis e de emergência (Corpo de Bombeiros, Ambulância) e as informações de segurança necessárias para a realização das operações, bem como identificar as necessidades de sinalização em locais estratégicos;
- b) Exigir, quer por trabalhadores, quer pelos demais profissionais e visitantes de sua área, o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) mínimo durante a permanência na zona primária do Porto Organizado, a saber: botas, capacete, máscara, colete reflexivo ou faixa reflexiva, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários de acordo com a natureza e o risco da operação que se realize;

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O não cumprimento das disposições do “caput” sujeitará o infrator à aplicação, por parte da ANTAQ, das penas previstas no art. 47 da Lei nº 12.815/13, sem prejuízo de outras penalidades.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA concorda expressamente e reconhece o direito da SPI de encerrar este Contrato de Transição previamente ao prazo de vigência previsto ou ainda à finalização do processo licitatório, caso constate omissões ou atos relacionados a este Instrumento que importem em prejuízo da necessária celeridade do processo licitatório em questão, sem ônus para quaisquer das Partes.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE**





A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA declara e garante que ela própria e os membros do seu Grupo Econômico:

(i) não realizaram, não ofereceram, não prometeram e nem autorizaram ou concordaram com qualquer pagamento, presente, promessa, ou outra qualquer vantagem, seja direta ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade, oficial, representante ou funcionário de qualquer governo, nacional ou estrangeiro, ou de suas agências e organismos nacionais ou internacionais, partido político, candidato a cargo eletivo, ou qualquer outro indivíduo ou entidade, que possa constituir violação às leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando aos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis e às demais regras e regulamentos deles decorrentes (coletivamente denominados as “Leis Anticorrupção”);

(ii) não criaram, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

(iii) não se encontram em quaisquer destas situações: (a) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (b) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foram condenadas ou indiciadas sob a acusação de corrupção ou suborno; (c) suspeitas de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental; e (d) sujeitas a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental; e,

(iv) não receberam, transferiram, mantiveram, usaram ou esconderam, direta ou indiretamente, recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como, não contratam como empregado, ou de alguma forma mantem relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Com relação às obrigações previstas neste Cláusula, a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA e os membros do seu Grupo Econômico se obrigam a:

(i) a não praticar quaisquer dos atos mencionados no item (i), (ii) e (iv) da cláusula acima, ainda que recebam determinação em contrário por parte de qualquer funcionário e/ou representante da SPI;

(ii) não fornecer ou obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, para modificar ou prorrogar o presente Contrato sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

(iii) não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;



(iv) não fraudar o presente Contrato, de qualquer maneira, assim como não realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos das Leis Anticorrupção, ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Para efeitos desta cláusula, entende-se por “Grupo”, com relação à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA: suas controladas, controladoras, sócios, acionistas, sociedades sob controle comum, sucessores, cessionárias, administradores, diretores, assessores, prepostos, empregados, contratados, partes relacionadas, representantes, agentes, consultores e subcontratados.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA se obriga a notificar a SPI, imediatamente e por escrito, acerca de qualquer procedimento, processo ou investigação, seja administrativo ou judicial, iniciado por uma autoridade governamental relacionado a qualquer alegada violação das Leis Anticorrupção e das obrigações da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA e dos membros do seu Grupo referentes ao Contrato.

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA se obriga a manter a SPI informada quanto ao andamento e ao objeto de tais investigações ou procedimentos, devendo fornecer as informações que venham a ser solicitadas pela SPI.

#### PARÁGRAFO QUARTO

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA declara e garante que ela própria e os membros do seu Grupo cumprem e cumprirão rigorosamente as Leis Anticorrupção durante toda a vigência deste Contrato, e que possuem políticas e procedimentos adequados vigentes em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.

#### PARÁGRAFO QUINTO

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA deverá defender, indenizar e manter a SPI isenta de responsabilidade em relação a quaisquer reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas, decorrentes ou relacionadas a qualquer descumprimento pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA das garantias e declarações previstas nesta cláusula e nas Leis Anticorrupção.

#### PARÁGRAFO SEXTO

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA deverá responder, de forma célere e detalhada, com o devido suporte documental, qualquer notificação da SPI relacionada aos compromissos, garantias e declarações prevista nesta cláusula.

#### PARÁGRAFO SÉTIMO





A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA deverá, em relação às matérias sujeitas a este Contrato:

- (i) Desenvolver e manter controles internos adequados relacionados às obrigações da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA previstas nesta cláusula;
- (ii) Elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA;
- (iii) Elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, de forma que reflitam correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável os ativos e os passivos da ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA;
- (iv) Manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 10 (dez) anos após o encerramento deste Contrato;
- (v) Cumprir a legislação aplicável.

#### PARÁGRAFO OITAVO

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA deverá providenciar, mediante solicitação a qualquer tempo da SPI, declaração escrita, firmada por representante legal, no sentido de ter a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA cumprido as determinações da presente cláusula.

#### PARÁGRAFO NONO

A ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA se obriga a reportar à SPI, por escrito, qualquer solicitação, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal, sabendo ou tendo razões para acreditar ser esta vantagem indevida, feita por empregado da SPI ou por qualquer pessoa para a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA, com relação ao objeto do presente contrato, ou a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta cláusula.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO

O não cumprimento pela ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA das Leis Anticorrupção e/ou do disposto nesta Cláusula será considerado um inadimplemento ao Contrato e conferirá à SPI, a seu exclusivo critério, o direito de, agindo de boa-fé, declarar a rescisão imediata do mesmo, que culminará, automaticamente, na suspensão do cumprimento de quaisquer obrigações pela SPI sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a ARRENDATÁRIA TRANSITÓRIA responsável por eventuais perdas e danos sofridos pela SPI e seus representantes em decorrência do descumprimento desta cláusula, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DO FORO

O Foro deste Contrato é o da Cidade de Itajaí, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**Porto  
de Itajaí**  
AUTORIDADE PORTUÁRIA

## SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

E, por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Instrumento, em 2 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Itajaí, 09 de dezembro de 2022.

FABIO DA

VEIGA:02341886

930

**Superintendência do Porto de Itajaí**

**Fabio da Veiga**

Superintendente do porto de Itajaí

Assinado de forma digital  
por FABIO DA  
VEIGA:02341886930  
Dados: 2022.12.09 17:29:27  
-03'00'

**APM TERMINALS ITAJAÍ/SA**

**Aristides Russi Junior**

Diretor Superintendente

**Carlos Roberto de Campos**

Diretor-Adjunto APM TERMINALS ITAJAÍ/SA

Testemunhas:

**Ronaldo Camargo Souza**

CPF: 019.624.849-39

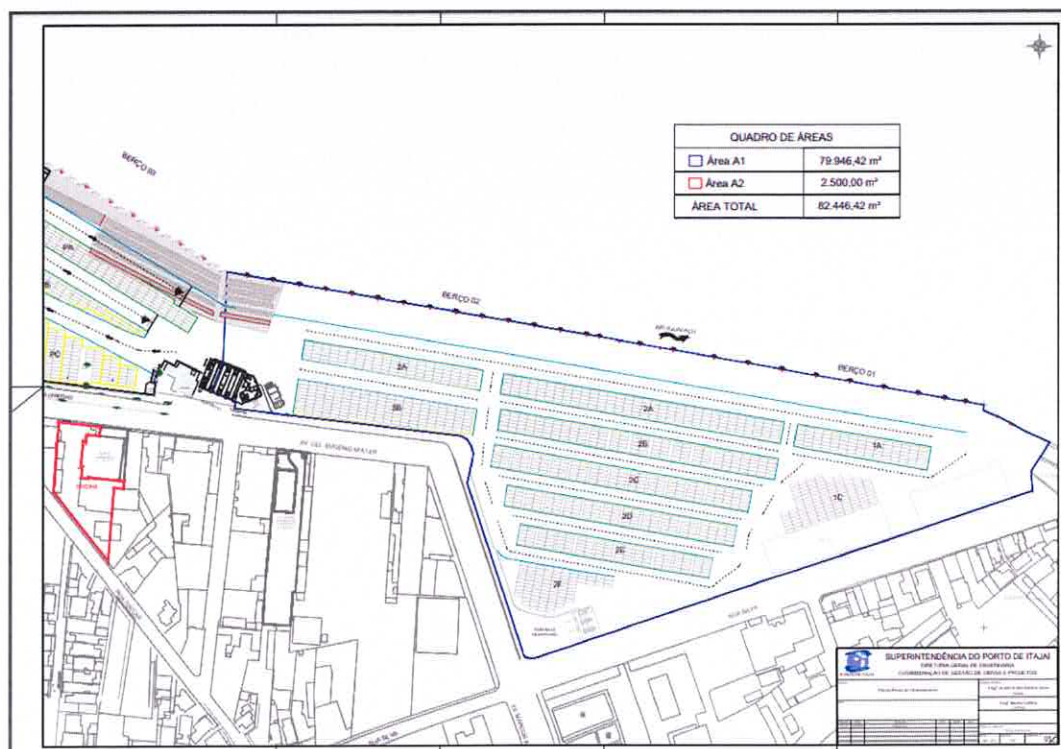
**Jackeline Daros Abreu**

CPF: 571.808.909-44



**ANEXO I**

**Planta de localização da instalação portuária objeto do contrato de arrendamento transitório passível de celebração, localizada no site [www.portoitajai.com.br](http://www.portoitajai.com.br);**



Itajaí, 09 de dezembro de 2022.

FABIO DA  
VEIGA:02341886930

Assinado de forma digital por  
FABIO DA VEIGA:02341886930  
Dados: 2022.12.09 17:33:05  
-03'00'

**Superintendência do Porto de Itajaí**  
**Fabio da Veiga**  
Superintendente do porto de Itajaí

**APM TERMINALS ITAJAÍ/SA**  
**Aristides Russi Junior**  
Diretor Superintendente

**Carlos Roberto de Campos**  
Diretor-Adjunto APM TERMINALS ITAJAÍ/SA

**ANEXO II**

**“RELAÇÃO DE BENS da ARRENDATÁRIA (ou LOCADOS) A SEREM UTILIZADOS POR ESTA NA OPERAÇÃO PORTUÁRIA”**

**a) Dois (02) portêineres (STS cranes) para operações em navio:**

NÚM. ATIVO	FABRICANTE	MODELO	ANO	CAPACIDADE (Toneladas)
<b>STS-01</b>	ZPMC	ZP07-1043	2009	100,00
<b>STS-02</b>	ZPMC	ZP07-1043	2009	100,00

**b) Spreaders e Acessórios para Portêiner Três (03) spreaders para Portêineres, para operações com contêineres de 20-40-45 pés:**

NÚM. ATIVO	FABRICANTE	MODELO	ANO	CAPACIDADE (Toneladas)
<b>SPR-01</b>	RAM	2940	2009	50,00
<b>SPR-02</b>	RAM	2940	2009	50,00
<b>SPR-03</b>	RAM	2940	2009	50,00

**c) Um (01) Spreader para portêineres, para operações com contêineres de excesso de 20-40-45 pés:**

NÚM. ATIVO	FABRICANTE	MODELO	ANO	CAPACIDADE (Toneladas)
<b>OHF-01</b>	RAM	2220	2010	40,00

**d) Um (01) gancho para portêineres, para operações com carga geral:**

NÚM. ATIVO	FABRICANTE	MODELO	ANO	CAPACIDADE (Toneladas)
<b>HOK-01</b>	ZPMC	J340A13	2008	100,00

**e) Dois (02) guindastes móveis portuários (Mobile Harbor Cranes) para operações em navio:**







NÚM. ATIVO	FABRICANTE	MODELO	ANO	CAPACIDADE (Toneladas)
<b>MHC-02</b>	LIEBHERR	LHM 500	2008	104,00
<b>MHC-03</b>	LIEBHERR	LHM 500	2008	104,00

f) Três (03) spreaders para guindastes móveis portuários, para operações com contêineres de 20-40 pés:

NÚM. ATIVO	FABRICANTE	MODELO	ANO	CAPACIDADE (Toneladas)
<b>SPR-07</b>	BROMMA	EH5-U	2008	41,00
<b>SPR-08</b>	RAM	2740	2012	41,00
<b>SPR-09</b>	RAM	2740	2013	41,00

g) Spreader para Mobile Harbour Crane – MHC: Spreaders marca RAM modelo 2740 com capacidade de 41 toneladas, um ano 2012 e outro ano 2014;

h) Reach-stackers: ano 2013 - série nº H11300763 - un 1,00;

i) Reach-stackers: ano 2013 - série nº H11300764 - un 1,00;

j) Empilhadeiras de grande porte (Reach-Stackers) para movimentação de contêineres cheios:

NÚM. ATIVO	FABRICANTE	MODELO	ANO	CAPACIDADE (Toneladas)
<b>RSK-30</b>	KALMAR	DRF 450-65S5	2012	45,00
<b>RSK-31</b>	KALMAR	DRF 450-60S5	2011	45,00
<b>RSK-34</b>	KALMAR	DRU 450-62S5	2019	45,00
<b>RSK-35</b>	KALMAR	DRU 450-62S5	2019	45,00
<b>RSK-36</b>	KALMAR	DRU 450-62S5	2019	45,00
<b>RSK-37</b>	KALMAR	DRU 450-62S5	2019	45,00
<b>RSK-38</b>	KALMAR	DRU 450-62S5	2019	45,00
<b>RSK-39</b>	KALMAR	DRU 450-62S5	2019	45,00
<b>RSK-40</b>	KALMAR	DRU 450-62S5	2019	45,00
<b>RSK-41</b>	KALMAR	DRU 450-62S5	2019	45,00
<b>RSK-42</b>	KALMAR	DRU 450-62S5	2019	45,00

k) 04 Balanças: ano 2005 - Cada uma das 4 posições do Gate 1 conta com uma balança rodoviária.  
Marca Toledo, fabricadas em 2005 - un 4,00;

l) 32 Plataformas totalizando 1105 (mil e cinco) tomadas para container reefer.

Itajaí, 09 de dezembro 2022.

FABIO DA  
VEIGA:02341886930

Assinado de forma digital por  
FABIO DA VEIGA:02341886930  
Dados: 2022.12.09 17:33:49 -03'00'

**Superintendência do Porto de Itajaí**  
**Fabio da Veiga**  
Superintendente do porto de Itajaí



**APM TERMINALS ITAJAÍ/SA**  
**Aristides Russi Junior**  
Diretor Superintendente



**Carlos Roberto de Campos**  
Diretor-Adjunto APM TERMINALS ITAJAÍ/SA





**ANEXO III**

**Termo de arrolamento de bens.**

A AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ - SPI, doravante “SPI”, com sede na Rua Blumenau, nº 05, Centro, Itajaí, neste ato representada pelo Superintendente do Porto de Itajaí, Sr. FÁBIO DA VEIGA, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3404563, inscrito no CPF sob o nº 023.418.869-30, nomeado pela Portaria Municipal nº 007/2021, de 1º de janeiro de 2021, e-mail: [superintendente@portoitajai.com.br](mailto:superintendente@portoitajai.com.br); e a empresa APM TERMINALS ITAJAÍ S.A., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 04.700.714/0001-63, atual arrendatária de terminal portuário no Porto de Itajaí (Contrato de Arrendamento nº 030/2001), com sede em Itajaí (SC), na Rua Coronel Eugênio Muller, nº 300, Porto de Itajaí, neste ato representada por sua Diretoria Executiva - Gestão 31/05/2022 a 30/05/2025, constituído por seu Diretor Presidente, Sr. ARISTIDES RUSSI JUNIOR, brasileiro, casado, Bacharel em Logística, portador da Cédula de Identidade nº 3.235.707, inscrito no CPF 005.540.959-80, residente na rua Lauro Muller, 890, apt. 304, Bairro Fazenda, em Itajaí-SC, CEP 88.301-40, e-mail: [aristides.junior@apmterminals.com](mailto:aristides.junior@apmterminals.com); e seu Diretor Adjunto, Sr. CARLOS ROBERTO DE CAMPOS, brasileiro, solteiro, contator, portador da Identidade nº 5124409-5 SESP/PR, inscrito no CPF 838.911.379-15, residente na rua José Pereira Liberato, 1320, apt. 704, Bloco B, Bairro São João, Itajaí-SC, CEP 88.304-401, nos termos da 69ª Assembleia Geral Extraordinária, Arquivamento 20224830651, Protocolo 224830651 de 24/06/2022, NIRE 42300026026, denominada Arrendatária Transitória.

Considerando que:

a) A Arrendatária Transitória celebrou contrato de arrendamento transitório da área “A” descrito no Anexo I, Contrato de Arrendamento Transitório nº 001/2022;

b) O prazo deste Contrato de Arrendamento Transitório é de até 180 (cento e oitenta dias),



contados a partir da data descrita na Clausula Nona do contrato.

Celebram o presente Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, para utilização nas instalações localizadas na Área "A", compreendendo áreas "A1" e "A2", conforme estipulado no Anexo I.

Itajaí, 09 de dezembro de 2022.

FABIO DA  
VEIGA:02341886  
930

Assinado de forma digital  
por FABIO DA  
VEIGA:02341886930  
Dados: 2022.12.09 17:34:36  
-03'00'

**Superintendência do Porto de Itajaí**  
**Fabio da Veiga**  
Superintendente do porto de Itajaí



**APM TERMINALS ITAJAÍ/SA**  
**Aristides Russi Junior**  
Diretor Superintendente



**Carlos Roberto de Campos**  
Diretor-Adjunto APM TERMINALS ITAJAÍ/SA

